PROVA OBJETIVA - 1ª ETAPA

DIREITO DO TRABALHO

1) - Excepcionando a aplicação do princípio da continuidade da relação de emprego que orienta o Direito do Trabalho, a Lei 6.019 de 03.01.74 instituiu o regime de trabalho temporário, com a finalidade de suprir necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente do tomador ou para atender necessidade decorrente de acréscimo extraordinário de seus serviços. O diploma legal que regulamenta esta modalidade contratual prevê requisitos para sua validade, dentre os quais podem ser apontados:

I - celebração de contrato escrito entre a empresa tomadora e a empresa fornecedora de trabalho temporário, esta devidamente registrada no Ministério do Trabalho, consignando expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário;
II- celebração de contrato escrito entre a empresa de trabalho temporário e o trabalhador assalariado, no qual conste os direitos assegurados ao mesmo, e com a possibilidade de estipulação de cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela tomadora ou cliente ao fim do prazo em que se encontrava à sua disposição;
III- período de vigência que, em qualquer hipótese, não poderá ultrapassar de 3 meses, sob pena de transmudar-se em contrato por prazo indeterminado;
IV-comprovação de pagamento pelo trabalhador temporário de valor a título de mediação da contratação, em favor da empresa de trabalho temporário.

De conformidade com a pertinência das afirmativas acima, assinale a alternativa correta:

a) todas as alternativas estão corretas;
b) as alternativas I, II e III estão corretas;
c) as alternativas I e III estão corretas;
d) apenas a alternativa I está correta;
e) todas as alternativas estão incorretas;

2) - Segundo o texto atual da Lei 5859, de 11.12.72, pode-se dizer que os empregados domésticos ostentam os seguintes direitos :
I - férias anuais remuneradas de 20 dias úteis, após cada período de 12 meses prestado à mesma pessoa ou família;
II - férias anuais remuneradas de 30 dias, com adicional de 1/3, após cada período de 12 meses prestado à mesma pessoa ou família;
III - Inclusão obrigatória no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e acesso ao benefício do seguro-desemprego em caso de dispensa imotivada;
IV - estabilidade no emprego à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto;
V- impossibilidade de descontos a título de alimentação, vestuário, higiene e moradia, excepcionado o desconto de moradia quando fornecida em local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviços e desde que tal possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

Considerando as afirmações acima, assinale a alternativa correta:

a) - estão corretas as assertivas dos itens I, IV, e V.
b) - está correta apenas a assertiva do item II.
c) - está correta apenas a assertiva do item I.
d) - estão corretas as assertivas dos itens II, IV e V.
e) - estão corretas as assertivas dos itens II, III, IV e V.

3) No que diz respeito à sucessão trabalhista (artigos 10 e 448 da CLT), quais os princípios aplicáveis:

a) Princípio da intangibilidade dos contratos; princípio da despersonalização do empregador e princípio da continuidade do contrato de trabalho;
b) Princípio da proporcionalidade; princípio da despersonalização do empregador e princípio da exaustão;
c) Princípio da proporcionalidade; princípio da relatividade e princípio da atualidade;
d) Princípio da proporcionalidade, princípio da razoabilidade e princípio da alteridade;
e) Princípio da continuidade do contrato de trabalho; princípio da despersonalização do empregador e princípio da exaustão.

4) Em relação às férias, considerando as afirmativas abaixo e o que dispõe a CLT, assinale a alternativa correta:

I) A escolha da época para o gozo é direito do empregado;
II) podem ser fracionadas em até dois períodos de 15 dias;
III) Os membros de uma mesma família que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa deverão gozar as férias no mesmo período;
IV) o empregado estudante tem direito de fazer coincidir suas férias com as férias escolares;
V) podem ser concedidas de forma fracionada em até dois períodos, exceto para os empregados menores de 18 anos e maiores de 60 anos de idade.

a) – quatro alternativas estão incorretas;
b) – três alternativas estão incorretas;
c) - duas alternativas estão incorretas;
d) – todas as alternativas estão incorretas;
e) – todas as alternativas estão corretas.

5) Com relação ao adicional noturno, assinale a alternativa correta:

a) corresponde ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora trabalhada pelo advogado no período das 20h às 5h;

b) corresponde ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora trabalhada no período das 21h às 5h na pecuária;
c) corresponde ao acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora trabalhada pelo médico no período das 21h às 4h;
d) corresponde aos acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora trabalhada pelo aeronauta no período das 23h às 6h, em vôo permanente;
e) nenhuma das afirmativas acima é verdadeira.

6) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O poder disciplinar do empregador, prerrogativa contida no seu poder empregatício, e o *jus resistentiae* do empregado constituem elementos concorrentes para o equilíbrio do contrato de trabalho;
II - Após a contratação, é vedado ao empregador modificar as condições iniciais do ajuste, salvo interferência do sindicato de classe do obreiro;
III - Ao menor que exceder sua jornada fica assegurada a compensação imediata, de modo a não ultrapassar o limite semanal;
IV – A transação opera-se quando as partes de uma relação jurídica firmam acordo mediante concessões mútuas e recíprocas referentes à obrigação litigiosa ou duvidosa;
V - Aos trabalhadores em regime de tempo parcial, é assegurado o trabalho em horas extraordinárias, mas neste caso o percentual de acréscimo deve ser o dobro do previsto para os trabalhadores de tempo integral.

a) todas as afirmativas estão corretas;
b) somente estão corretas as afirmativas III e V;
c) somente estão corretas as afirmativas I e IV;
d) somente estão incorretas as afirmativas I, III e IV;
e) todas as afirmativas estão incorretas.

7) No tema da proteção relativa à duração do trabalho, analise das afirmativas e assinale a resposta correta:

I - Embora o artigo 60 da CLT exija que nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho que deverão fazer os necessários exames locais e a verificação dos métodos e processo do trabalho, o TST afastou parcialmente a incidência da norma, atribuindo validade a acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre sem a inspeção prévia da autoridade acima citada.
II - O intervalo concedido ao empregado que trabalha no interior de câmara frigorífica, de vinte minutos após uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, não é computado como tempo de serviço, assegurando-se o mesmo direito ao empregado que trabalha movimentando mercadoria do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, reduzido o intervalo a 10 minutos para cada uma hora e vinte minutos de labor;

III - O regime de compensação horária, desde que não se refira à atividade insalubre, deve ser acordado entre empregado e empregador, ainda que tacitamente;
IV – é proibida a prestação de horas extras aos empregados que estiverem sob regime de tempo parcial;
V – A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada de forma que as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário;

a) todas as afirmativas estão corretas;
b) todas as afirmativas estão incorretas;
c) somente estão corretas as afirmativas I e IV;
d) somente estão corretas as afirmativas I, IV e V;
e) somente estão corretas as afirmativas III, IV e V.

8) Em relação ao salário do empregado analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Não havendo estipulação de salário, o empregado terá direito ao salário mínimo, salvo se demonstrar a existência de paradigma que exerça função idêntica com maior remuneração;
II. - Trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física atestada pelo órgão competente não serve de paradigma para fins de equiparação salarial;
III - O empregador que, sem justo motivo, não liquidar as obrigações que resultem do despedimento imotivado, valores incontroversos, na data da audiência inaugural, responderá pelo pagamento em dobro, além de atualização monetária e juros moratórios;
IV. - De acordo com o entendimento sumulado no Colendo TST, empregado cedido não pode postular equiparação salarial com paradigma que presta serviços à cedente mesmo que esta responda pela remuneração de ambos;
V - Segundo o parágrafo 5º do artigo 477 da CLT, qualquer compensação praticada no recibo de quitação final não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

a) Todas as alternativas são falsas;
b) Somente uma alternativa é verdadeira;
c) Somente duas alternativas são verdadeiras;
d) Somente três alternativas são verdadeiras;
e) Somente quatro alternativas são verdadeiras.

09) Existindo lacunas normativas, o aplicador do direito do trabalho poderá recorrer à autointegração ou buscar auxílio em outros ramos do direito. Tal tarefa deverá ser efetuada com observância de alguns critérios que no direito brasileiro são:

I. na falta de norma, o aplicador do direito do trabalho poderá deixar de decidir o conflito, com base no princípio da legalidade, que estabelece: “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”;
II. prevalência do interesse do trabalhador, sobrepondo-se a qualquer outro interesse, segundo o princípio do *in dubio pro operario*;
III. a jurisprudência e a analogia são fontes a que deve recorrer o aplicador do direito do trabalho na sua tarefa de preencher as lacunas normativas;
IV. a incompatibilidade entre as normas de direito comum e os princípios do direito do trabalho não é impedimento para a aplicação subsidiária daquele na solução dos conflitos decorrentes da relação de trabalho, desde que não haja norma trabalhista para o caso;
V. proibição de se recorrer aos costumes, em face do caráter legislado do nosso direito.

a) somente a afirmativa III está correta.
b) todas as afirmativas estão incorretas;
c) somente as afirmativas II, III e V estão corretas;
d) somente as afirmativas III e V estão corretas;
e) somente a afirmativa V está correta;

10) Considerando-se a legislação sobre estágio, assine a alternativa correta:

I) No contrato de estágio a relação jurídica não é considerada empregatícia, em virtude dos objetivos educacionais do pacto, que visa favorecer o aperfeiçoamento e complementação da formação acadêmico-profissional do estudante;
II) a legislação pátria considera como estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino;
III) O estágio deve se verificar em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática e teórica na linha de formação do estudante;
IV) É um dos requisitos formais para celebração do estágio o termo de compromisso entre o estudante e a parte concedente do estágio. A exigência, entretanto, não é absoluta, já que dispõe a Lei n. 6.494 que os estágios realizados sob a forma de ação comunitária estarão isentos de celebração do termo de compromisso;
V) Como requisito material, o estágio deve proporcionar ao estudante-estagiário efetiva complementação do ensino e aprendizagem, em consonância com os currículos, programas e calendários escolares.

a) todas as alternativas estão corretas.
b) todas as afirmativas estão incorretas;
c) somente as afirmativas II, III e V estão incorretas;
d) somente as afirmativas III e V estão incorretas;
e) somente a afirmativa III está incorreta;

11) Assinale a alternativa incorreta:

a) Lock-out é a paralisação provisória das atividades da empresa, estabelecimento ou seu setor, realizada por determinação empresarial, com o objetivo de exercer pressões sobre os trabalhadores, frustrando negociação coletiva ou dificultando o atendimento a reivindicações coletivas obreiras;
b) A Lei de Greve brasileira não proíbe, de forma expressa, o lock-out;
c) No lock-out, o período de afastamento obreiro será considerado como mera interrupção da prestação de serviços;
d) O lock-out constitui falta empresarial por descumprimento do contrato e da ordem jurídica. Sendo grave a falta, em consonância com as circunstâncias do caso concreto, poderá ensejar a ruptura contratual por justa causa do empregador;
e) É certo dizer que o lock-out é considerado um instrumento de autotutela de interesses empresariais socialmente injusto.

12) Quais alternativas abaixo são corretas:

I) Salário profissional se configura como o piso salarial mínimo devido a trabalhadores integrantes de certas profissões legalmente regulamentadas;
II) Salário normativo é aquele fixado por sentença normativa, resultante de processo de dissídio coletivo envolvendo sindicato de trabalhadores e respectivo(s) empregador(es) ou sindicato de empregadores;
III) Salário convencional corresponde àquele patamar salarial mínimo fixado pelo correspondente instrumento negocial coletivo (convenção ou acordo coletivo de trabalho).
IV) Em regra, consoante disposição prevista no texto consolidado, o pagamento salarial deve ser feito em dia útil, no local de trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste.
V) É absolutamente nulo o pagamento salarial mediante instrumentos que configurem o *truck system*, isto é, modalidades de vinculação automática do salário a armazéns ou sistemas de fornecimento de mercadorias.

a) Todas as alternativas são corretas;
b) Somente uma alternativa é verdadeira;
c) Somente duas alternativas são verdadeiras;
d) Somente três alternativas são verdadeiras;
e) Somente quatro alternativas são verdadeiras.

13) Com relação ao regime de tempo parcial, assinale a alternativa correta:

I) O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral;
II) No contrato em regime de tempo parcial, as férias dos empregados que trabalhem mais de 20 horas semanais, até o limite de 22 horas semanais, será de 15 (quinze) dias.
III) A ocorrência de mais de sete faltas injustificadas, no respectivo período aquisitivo, implicará na redução das férias em três dias;

IV) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras;
V) Um contrato de tempo parcial à base de 24 horas semanais pode ser cumprido seja através de jornadas de quatro horas ao dia (durante seis dias na semana), como também através de jornadas mais amplas, de oito horas ao dia, por exemplo (laborando-se, em conseqüência, somente três dias ao longo de toda a semana).

a) Todas as alternativas são corretas;
b) Somente uma alternativa é verdadeira;
c) Somente duas alternativas são verdadeiras;
d) Somente três alternativas são verdadeiras;
e) Somente quatro alternativas são verdadeiras.

14) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho;
II) Reconhecida em juízo a culpa recíproca quanto ao término contratual, o acréscimo rescisório sobre o Fundo de Garantia, de 40%, será devido apenas pela metade. Também se deve reduzir pela metade o aviso prévio indenizado, o décimo terceiro salário proporcional e férias proporcionais e seu terço;
III) É lícito ao menor de dezoito anos firmar recibo pelo pagamento de salários, todavia, quando da quitação das verbas rescisórias, ele deverá estar assistido pelos responsáveis legais, sob pena de nulidade;
IV) O atleta profissional de futebol poderá postular a rescisão indireta de seu contrato de trabalho, ficando inclusive livre para se transferir para outra agremiação, quando o empregador estiver em atraso com o pagamento de salário, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses. São considerados salários, para estes efeitos, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho;
V) Chegando a termo o contrato de experiência, serão devidas as férias e a gratificação natalina proporcionais. O empregado ainda terá direito a sacar o saldo da conta vinculada do FGTS, com a multa de 40%.

a) todas as alternativas estão corretas;
b) todas as afirmativas estão incorretas;
c) somente a afirmativa V está incorreta;
d) somente as afirmativas III e V estão incorretas;
e) somente a afirmativa III e IV estão incorretas.

15) Assinale a alternativa correta:

I) No caso dos artistas, os textos destinados à memorização, juntamente com o roteiro de gravação ou plano de trabalho, deverão ser entregues ao profissional com antecedência mínima de 48 horas, em relação ao início dos trabalhos;
II) Mediante nota contratual, o empregador poderá utilizar o trabalho do artista ou técnico em espetáculos de diversões, para substituições e prestação de serviço eventual, por prazo

não superior a 7 dias consecutivos, vedada a utilização desses profissionais, por essa fórmula, pelo mesmo empregador, nos 60 dias subseqüentes;
III) O artista não poderá recusar-se à autodublagem quando couber, mas, se o empregador ou tomador de serviços preferir a dublagem por terceiros, ela só poderá ser feita com autorização, por escrito, do profissional, ainda que seja realizada em língua estrangeira;
IV) Para os artistas que trabalham em empresa de radiofusão, fotografia e gravação, a jornada é de 5 horas, com limitação de 25 horas semanais;
V) Nos circos e variedades, o artista trabalhará 6 horas diárias, com limitação de 30 horas semanais e na dublagem 6 horas diárias e 36 horas semanais.

a) todas as alternativas estão corretas;
b) todas as afirmativas estão incorretas;
c) somente as afirmativas II, III e V estão corretas;
d) somente as afirmativas III e V estão incorretas;
e) somente a afirmativa II está correta;

16) Assinale a alternativa incorreta:

a) No caso de atleta profissional do futebol, o contrato deverá conter os nomes das partes contratantes individualizadas e caracterizadas; o modo e a forma de remuneração, especificando o salário, prêmios, gratificações e, quando houver, as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente ajustadas, além do número da carteira de trabalho;
b) A jornada do jornalista tem a duração de 5 horas, tanto para os que exercem atividades diurnas como noturnas. A jornada poderá ser elevada para 7 horas, mediante acordo escrito, onde se estipule o aumento do salário, para o excesso, e se estabeleça intervalo para repouso ou refeição;
c) O aeronauta pode ser transferido provisoriamente ou de forma permanente. A transferência será permanente quando o deslocamento do aeronauta de sua base for por período superior a 120 dias, com mudança de domicílio, assim considerado o local onde se estabelece com ânimo definitivo;
d) O trabalho portuário poderá ser exercido pelo trabalhador avulso ou por trabalhador com vínculo empregatício. É vedado ao operador portuário locar ou tomar mão-de-obra sob o regime de trabalho temporário;
e) Ao menor aprendiz será garantido o salário mínimo hora, salvo condição mais favorável. Os empregadores que contratarem aprendizes ficarão obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada do FGTS, a alíquota de 3% da remuneração paga ou devida no mês anterior a cada menor aprendiz.

17) João José da Silva trabalhou para o Posto Ipiranga, como frentista, no período de 01.01.2006 até 18.06.2006. O contrato de trabalho foi rescindido por iniciativa do empregado, que cumpriu o aviso prévio em trabalho. Durante o período do aviso o autor trabalhou em sua jornada normal, sem redução de duas horas diárias ou sete dias consecutivos. Recebia apenas o salário, no valor de R$ 500,00, sendo que na região não havia convenção coletiva ou acordo coletivo aplicável à relação de trabalho. Quais os direitos do empregado:

a) adicional de periculosidade, calculado sobre o salário mínimo, independentemente de perícia técnica; indenização do aviso prévio; 07/12 avos de férias acrescidas de um terço e 07/12 avos de gratificação natalina proporcional;
b) adicional de periculosidade, calculado sobre o salário base, caso seja reconhecido em perícia técnica; indenização do aviso prévio; 07/12 avos de férias acrescidas de um terço e 07/12 avos de gratificação natalina proporcional;
c) adicional de periculosidade, calculado sobre o salário base, independentemente de perícia técnica; 06/12 avos de férias proporcionais acrescidas de um terço e 06/12 avos de décimo terceiro salário proporcional;
d) adicional de periculosidade, calculado sobre o salário mínimo, caso seja reconhecido em perícia técnica; 06/12 avos de férias proporcionais acrescidas de um terço e 06/12 avos de décimo terceiro salário proporcional;
e) adicional de insalubridade, calculado sobre o salário mínimo; 06/12 avos de férias proporcionais acrescidas de um terço e 06/12 avos de décimo terceiro salário proporcional.

18) Faça a correspondência entre os princípios aplicáveis no direito coletivo:

I – Tal princípio sustenta a garantia de autogestão às organizações associativas e sindicais dos trabalhadores, sem interferências empresariais ou do Estado.

II – Postula pelo reconhecimento de um estatuto sóciojurídico semelhante a ambos os contratantes coletivos.

III – Propõe que a validade do processo negocial coletivo submeta-se à necessária intervenção do ser coletivo institucionalizado obreiro.

IV – Visa assegurar condições efetivas de concretização prática da equivalência teoricamente assumida entre os sujeitos do Direito Coletivo do Trabalho.

V – Este princípio trata das possibilidades e limites jurídicos da negociação coletiva. Ou seja, os critérios de harmonização entre as normas jurídicas oriundas da negociação coletiva e as normas jurídicas provenientes da legislação heterônoma estatal.

a) I – Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva; II – Princípio da Adequação Setorial Negociada; III – Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva; IV – Princípio da Autonomia Sindical; V – Princípio da Equivalência dos Contratos Coletivos.
b) I – Princípio da Autonomia Sindical; II – Princípio da Equivalência dos Contratos Coletivos; III – Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva; IV – Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva; V – Princípio da Adequação Setorial Negociada.
c) I – Princípio da Autonomia Sindical; II – Princípio da Equivalência dos Contratos Coletivos; III – Princípio da Adequação Setorial Negociada; IV – Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva; V – Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva.

d) I – Princípio da Liberdade Associativa; II – Princípio da Adequação Setorial Negociada; III – Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva; IV – Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva; V – Princípio da Equivalência dos Contratos Coletivos.
e) I – Princípio da Autonomia Sindical; II – Princípio da Equivalência dos Contratos Coletivos; III – Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva; IV – Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva; V – Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva.

19) O *caput* do art. 7º da Lei Maior estatui: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social..." Este dispositivo consagra um princípio cardeal no Direito do Trabalho, assegurando um mínimo de garantias sociais para o empregado, passível de tratamento mais benéfico pela vontade das partes ou outra fonte do Direito. Trata-se de qual princípio?

a) Princípio da proteção;
b) Princípio do *in dubio pro operario;*
c) Princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas;
d) Princípio da isonomia;
e) Princípio da irredutibilidade salarial.

20) Considerando-se as Súmulas do C. TST atualmente em vigência, assinale a alternativa correta:

a) Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento das 7ª e 8ª horas como extras;
b) O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras, inclusive das horas de sobreaviso.
c) É devido o pagamento de férias ao rurícola, qualquer que tenha sido a data de sua admissão e, em dobro, se não concedidas na época prevista em lei;
d) A gratificação periódica contratual integra o salário pelo seu duodécimo, para todos os efeitos legais, inclusive o cálculo da natalina da Lei n. 4.090/1962;
e) É inválida a presunção de vício de consentimento resultante do fato de ter o empregado anuído expressamente com descontos salariais na oportunidade da admissão. É de se exigir demonstração concreta do vício de vontade.

21) Considerando-se as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

I. o recibo de pagamento de rescisão contratual é válido como quitação de todas as verbas trabalhistas, mesmo que não as discrimine, desde que se encontre devidamente assinado pelo empregado e homologado pelo seu sindicato;
II. o pedido de demissão de trabalhador maior de 18 (dezoito) anos, absolutamente capaz, com mais de 2 (dois) anos de emprego, prescinde de assistência, quer seja do seu sindicato

ou de autoridade pública, desde que feito por escrito e se encontre devidamente assinado pelo trabalhador, juntamente com duas testemunhas;
III. nos contratos a termo, o empregador poderá rescindir o pacto antes do prazo estipulado, pagando ao empregado, além da remuneração do período trabalhado, as verbas decorrentes da rescisão indireta;
IV. o pagamento das parcelas decorrentes da despedida deverá ser efetuado no último dia do contrato;
V. desde que o empregado, mesmo analfabeto, concorde e seja assistido pelo sindicato da sua categoria, o pagamento das verbas rescisórias pode ser efetuado em gêneros alimentícios.

a) todas as alternativas estão corretas;
b) somente as alternativas I e II estão corretas;
c) todas as alternativas estão incorretas;
d) somente a alternativa IV está correta;
e) somente as alternativas III e V estão corretas.

22) Considerando as normas que tratam da prescrição na CLT, assinale a alternativa correta:

I) a prescrição aplicável à trabalhadora, na vigência do contrato de trabalho, é de 5 (cinco) anos, e de 2 (dois) anos após a extinção do pacto laboral;
II) a prescrição aplica-se de igual modo ao trabalhador rural e ao trabalhador urbano;
III) um trabalhador urbano, menor de 17 (dezessete) anos, pode pleitear os seus direitos, perante a Justiça do Trabalho, depois do prazo de 2 (dois) anos da extinção do contrato de trabalho;
IV) é imprescritível o direito de pleitear anotação de contrato de trabalho em carteira profissional, a fim de fazer prova perante a Previdência Social;
V) a contagem do prazo prescricional inicia-se no momento em que o empregado completa o período aquisitivo do direito às férias.

a) as alternativas I, II, III e V estão corretas;
b) as alternativas I, II, III e IV estão corretas;
c) todas as alternativas estão corretas;
d) as alternativas I, II e IV estão corretas;
e) as alternativas I, II e V estão corretas.

DIREITO PENAL

23) - A *exceção da verdade*, no crime de calúnia, é sempre permitida, salvo:
a) se, do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi condenado por sentença irrecorrível;
b) se o fato é imputado na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação do mesmo;

c) se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;
d) se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;
e) se o ofendido é pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência física.

24) - Um gerente de uma loja de pneus, sob ameaça a sua integridade física, sem que tenha sido deflagrada a greve, é compelido pelos demais empregados a fechar o estabelecimento em um determinado dia, a fim de buscarem do empregador melhorias nas condições de trabalho. Tal hipótese é tipificada como:

a) contravenção;
b) atentado contra a liberdade de trabalho e boicotagem violenta;
c) paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem;
d) paralisação de trabalho de interesse coletivo;
e) atentado contra a liberdade de trabalho.

25) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta:

I - Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de um a três meses e multa, a retenção da CTPS por prazo superior a cinco dias;
II – No crime de apropriação indébita de contribuição previdenciária, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal;
III – No crime de apropriação indébita previdenciária é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que tenha promovido, antes do início da ação fiscal, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios;
IV– Constitui crime de assédio sexual, constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função;
V - Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

a) Todas as alternativas são incorretas;
b) Somente uma alternativa é verdadeira;
c) Somente duas alternativas são verdadeiras;
d) Somente três alternativas são verdadeiras;
e) Somente quatro alternativas são verdadeiras.

26) Um encarregado de uma fazenda contrata trabalhadores em outro Estado, colocando-os em situação análoga a de escravo. O encarregado cometeu algum tipo de crime ?

a) Não, porque a responsabilidade penal é exclusiva do proprietário da fazenda;
b) Sim, enquadrada no art. 206 do CP, que dispõe sobre o aliciamento de trabalhadores, mediante fraude, com o fim de recruta-los, para trabalharem em outro local, com pena de detenção de um a três anos e multa;

c) Sim, enquadrada no art. 207 do CP, que dispõe sobre o aliciamento de trabalhadores para trabalharem em outro local do território nacional, com pena de detenção de um a dois anos e multa;
d) Sim, enquadrada no art. 206 do CP, que dispõe sobre o aliciamento de trabalhadores, mediante fraude, com o fim de recrutá-los, para trabalharem em outro local, com pena de detenção de um a dois anos e multa;
e) Sim, enquadrada no art. 207 do CP, que dispõe sobre o aliciamento de trabalhadores com o fim de recrutá-los para trabalharem em outra localidade do território nacional, com pena de detenção de um a três anos e multa.

27) Assinale a alternativa correta:

a) Comete crime de concussão aquele que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
b) Configura-se crime de prevaricação apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio;
c) Comete crime de corrupção passiva o funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou quando, devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza;
d) Comete crime de peculato aquele que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem;
e) Comete crime de excesso de exação o funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

28) Sobre o Mercosul, assinale a alternativa correta:

a) No sistema do Mercosul as medidas legislativas nascem de iniciativas em cada um dos países, a partir do consenso obtido em organismos de sua composição, diferentemente da Comunidade Européia onde as medidas são ditadas a todos os países;
b) Pelo complexo sistema de solução de controvérsias do Mercosul é possível aos indivíduos ou pessoas jurídicas de direito privado, apresentarem reclamação contra país-membro diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão;
c) Suas fontes jurídicas são disciplinadas pelo Protocolo de Ouro Preto e são constituídas das: Constituições Nacionais dos Estados Soberanos componentes; dos termos do Tratado de Assunção e das Decisões do Conselho do Mercado Comum;
d) As normas emanadas dos órgãos do Mercosul se incorporam automaticamente ao ordenamento jurídico dos Estados-partes, sendo passíveis de aplicação direta;

e) As normas existentes hoje no Mercosul permitem uma integração inclusive sob o ponto de vista do direito do trabalho, sendo possível ao cidadão de um país-membro trabalhar em outro, livre de entraves burocráticos, assegurando-se um patamar mínimo de direitos.

29) Assinale a hipótese correta quanto à composição da Conferência Internacional do Trabalho:

a) compõe-se de quatro delegados, sendo dois designados pelos respectivos Governos, um pelos empregadores e um pelos empregados;
b) compõe-se de seis delegados de cada Estado-membro, sendo dois designados pelos respectivos Governos, dois pelos empregadores e dois pelos empregados;
c) compõe-se de quatro delegados de cada Estado-membro, sendo um designado pelos respectivos Governos, um pela ONU, um pelos empregadores e um pelos empregados;
d) compõe-se de cinco delegados de cada Estado-membro, sendo dois designados pelos respectivos Governos, um pela OIT, um pelos empregadores e um pelos empregados;
e) compõe-se de três delegados, sendo um designado pelos respectivos Governos, um pelos empregadores e um pelos empregados.

30) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:

a) às normas coletivas;
b) às leis complementares;
c) às emendas constitucionais;
d) às leis ordinárias;
e) nenhuma das alternativas acima.

31) Em relação à imunidade do agente diplomático, analise as afirmativas abaixo e assinale a resposta correta:

a) a imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado prorroga-se por todo o território internacional, inclusive no Estado acreditante;
b) gozará, apenas, da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado;
c) o Estado acreditante não poderá renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos;
d) o agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará, também, da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais;
e) nenhuma das alternativas acima está correta.

32) Em relação à Organização Internacional do Trabalho, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa incorreta:

a) A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão supremo da OIT, responsável pela regulamentação internacional do trabalho;
b) As normas elaborados pela OIT, consubstanciadas nas recomendações e convenções, acabam por se transformar num Código Internacional de Trabalho, à medida que forem ratificadas as convenções e as recomendações transformadas em lei;
c) As convenções não correspondem a leis supranacionais, porque por si só não possuem eficácia jurídica no direito interno dos Estados-membros da OIT;
d) A Convenção 87 da OIT tem por objetivo estimular o livre exercício da associação sindical promovendo a independência dos sindicatos. Já foi ratificada pelo Brasil;
e) Todas as alternativas são verdadeiras.

DIREITO ADMINISTRATIVO

33) – Considerando o que dispõem o art. 37, §§ 4º e 5º da CF e a Lei 8.429/92, que tratam da improbidade administrativa, analise as afirmativas e assinale a resposta correta:

I - Os atos de improbidade administrativa poderão acarretar a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, multa civil, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, sem prejuízo da ação penal cabível;

II – estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei e ainda contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

III – somente o agente público pode ser sujeito ativo do ato de improbidade;

IV – para caracterização do ato de improbidade é necessária a efetiva ocorrência de dano econômico ao patrimônio público.

V - As ações destinadas a aplicar as punições estabelecidas na Lei 8.429/92 podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança; dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego, mas são imprescritíveis as ações de ressarcimento.

a) – somente três afirmativas estão corretas;
b) – somente duas afirmativas estão corretas;
c) – somente quatro afirmativas estão corretas;
d) – todas as afirmativas estão corretas;
e) – todas as afirmativas estão incorretas.

34) – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I- Cientista estrangeiro poderá ocupar cargo público em universidade federal aplicando-se a ele as disposições contidas na Lei 8.112/90.
II - continuidade do serviço público, mutabilidade do regime jurídico e igualdade dos usuários são princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos;
III - o critério para classificação dos bens públicos é o da afetação;
IV - os bens públicos dominicais são inalienáveis enquanto não desafetados.

a) todas as afirmativas estão corretas.
b) somente estão corretas as afirmativas III e V.
c) somente estão corretas as afirmativas II e III.
d) somente estão corretas as afirmativas I, II e III.
e) todas as afirmativas estão incorretas.

35) - Faça a correspondência entre as formas de provimento de cargo público:

I - investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica;

II - reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens;

III - retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

IV - retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

a) - Readaptação, Recondução, Reintegração, Reversão;
b)- Reversão, Reintegração, Readaptação, Recondução;
c) - Readaptação, Reintegração, Reversão, Recondução;
d) - Readaptação, Reintegração, Recondução, Reversão;
e) – Reintegração, Reversão, Recondução, Readaptação.

36) - Quanto ao direito de regresso da Administração Pública contra o servidor público causador direto do dano:

I – é preciso que a Administração já tenha sido condenada a indenizar a vítima do dano;
II – não se aplica o princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos;
III - pode ser exercido ainda que o servidor já tenha sido exonerado;
IV – se falecido o servidor, pode ser exercido contra os herdeiros e sucessores porque obrigação transmissível com a herança;
V – não pode ser exercido se o servidor foi absolvido criminalmente, por ter ficado decidido que o fato não existiu, pelo reconhecimento da não autoria imputada ao servidor ou ainda por falta de provas da autoria.

a) – somente duas afirmativas estão corretas;
b) – somente três afirmativas estão corretas;
c) – somente quatro afirmativas estão corretas;
d) – todas as afirmativas estão corretas;
e) – todas as afirmativas estão incorretas.

37) - Nos termos do art. 169 da Constituição Federal, *"a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar"*. Verificando-se que foram ultrapassados os limites a que se refere o mencionado dispositivo constitucional, é autorizada, a Administração, adotar as seguintes medidas:

I - redução em até 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções comissionadas e exoneração de servidores não estáveis;

II – exoneração de servidor estável quando a redução de despesas e exoneração de não estáveis não forem suficientes para assegurar o cumprimento da disposição, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal, caso em que será devida ao servidor estável exonerado indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

III - redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções comissionadas e exoneração dos servidores não estáveis;

IV - exoneração de servidor estável quando a redução de despesas e exoneração de não estáveis não forem suficientes para assegurar o cumprimento da disposição, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal, e nenhuma indenização será devida ao servidor estável exonerado.

V –redução em pelo menos 20% (vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções comissionadas; exoneração de servidores não estáveis e colocação de servidor estável em disponibilidade não remunerada.

a) – somente uma alternativa é incorreta;
b) – somente duas alternativas são incorretas;
c) - somente três alternativas são incorretas;
d) – todas as alternativas são incorretas;
e) – somente quatro alternativas estão incorretas

38) – Ante as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A Administração Pública carece de interesse processual em ação intentada para resguardar-se do uso indevido de bem público, porque para isso a lei lhe confere o poder de autotutela;
II – a imperatividade do ato administrativo decorre de sua mera existência, ainda que eivado de ilicitude;
III - pode existir ato administrativo desprovido do atributo de imperatividade ainda que lícito;
IV - O poder de polícia administrativa consiste em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público e pode incidir sobre direitos, atividades, bens, pessoas e liberdades;.
V - o abuso do poder pode revestir a forma comissiva quanto omissiva.

a) – as alternativas II, III e V estão corretas;
b) – as alternativas II, III e IV estão corretas;
c) – todas as alternativas estão corretas;
d) – somente a alternativa V está correta;
e) – somente a alternativa III está correta.

DIREITO CIVIL

39– Quanto às preferências e privilégios creditórios, de acordo com o que dispõe o Código Civil Brasileiro, estão corretas as seguintes afirmativas:

I – a discussão entre os credores limita-se à preferência entre eles disputada;
II – tem privilégio especial sobre o produto da colheita, para a qual houver concorrido com o seu trabalho, e precipuamente a quaisquer outros créditos, ainda que reais, o trabalhador agrícola, quanto à dívida dos seus salários;
III – tem privilégio geral sobre os bens do devedor, o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida;
IV – o crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado ao simples; e o privilégio especial, ao geral.
a) Todas as alternativas são incorretas;
b) Somente uma alternativa é verdadeira;
c) Somente duas alternativas são verdadeiras;
d) Somente três alternativas são verdadeiras;
e) Somente quatro alternativas são verdadeiras.

40)- Quanto à prescrição, estabelece o Código Civil de 2002:

I – não corre prescrição entre cônjuges na constância do casamento, entre ascendentes e descendentes em qualquer tempo, quando pender condição suspensiva ou ação de evicção;
II – não corre quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, antes da respectiva sentença definitiva;
III – a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários somente beneficia os demais se a obrigação for indivisível;
IV – a interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros bem como a interrupção operada contra o co-devedor ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados;
V – a interrupção produzida contra o devedor principal prejudica o fiador.

a) - todas as afirmações estão corretas;
b) – somente as afirmações I, II, III e V estão corretas;
c) – somente as afirmações II, III, IV e V estão corretas;
d) – somente as afirmações II e V estão corretas;
e) – somente as afirmações I e V são incorretas .

41) - Quanto à decadência é correto afirmar:

I – por ser do interesse público o respeito aos prazos decadenciais, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição;
II – é passível de renúncia o prazo de decadência estabelecido por convenção entre as partes;
III – o juiz não pode suprir de ofício a alegação de decadência convencional;
IV – a decadência pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição;
V – é anulável a renúncia à decadência legal.
a) - todas as afirmações estão corretas;
b) – somente as afirmações I, II, III e V estão corretas;
c) – somente as afirmações II, III, IV e V estão corretas;
d) – somente as afirmações II e V estão corretas;
e) – somente as afirmações II, III e IV são corretas .

42) - Analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:

I - Quanto aos elementos do negócio jurídico, é correto afirmar que se distinguem entre essenciais, acidentais e naturais;
II - Capacidade é a aptidão intrínseca da pessoa para dar vida a negócios jurídicos enquanto a legitimação é a aptidão para atuar em negócios jurídicos que tenham determinado objeto, em virtude de uma relação em que se encontra ou se coloca, o interessado em face do objeto do ato;

III - O erro substancial não acarreta a anulação do ato quando, embora seja concernente à identidade da pessoa referida na declaração de vontade, não diz respeito à natureza do negócio;
IV - Nos vícios de consentimento a lei, através da anulação, visa proteger o autor da declaração. O dolo é artifício astucioso usado para induzir alguém à prática de um ato que o prejudica e beneficia o autor do dolo ou a terceiro, por isso o dolo acidental anula o negócio jurídico;
V - São requisitos caracterizadores da simulação: propósito de enganar terceiros, acordo entre os contratantes, desconformidade entre a vontade interna e a vontade declarada.

a) - todas as afirmações estão corretas;
b) – somente as afirmações I, II, e V estão corretas;
c) – somente as afirmações I, II, III, e V estão corretas;
d) – somente as afirmações I, II e III estão corretas;
e) – somente as afirmações II, III e IV são corretas .

43)- Analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:

I - O Código Civil adotou o critério abstrato ou subjetivo, para medir a gravidade da ameaça ao coacto;
II - O temor reverencial vicia o consentimento se acompanhado de outros expedientes coatores;
III - Na coação praticada por terceiro a vítima poderá pleitear indenização dos prejuízos junto ao terceiro e/ou ao beneficiário, porque sempre solidariamente responsáveis;
IV – auto de arrematação que indica como arrematante o gerente que compareceu ao ato representando a empresa, fez o pagamento do preço com cheque emitido pela empresa, sendo que a pessoa jurídica é quem efetivamente pretendia adquirir o bem em hasta pública, utilizável no seu ramo de negócio, pode ser retificado a pedido do interessado porque na hipótese o erro de indicação da pessoa a que se referir a declaração de vontade não viciará o ato por ser possível, por seu contexto e pelas circunstâncias, identificar a pessoa cogitada;
V – Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado somente constitui omissão dolosa, provando-se que foi determinante para a realização do negócio.

a) – somente as afirmações I, III e V estão corretas;
b) – somente as afirmações II, IV e V estão corretas;
c) – somente as afirmações III e IV são corretas;.
d) - todas as afirmações estão corretas;
e) – somente as afirmações I, III, IV e V estão corretas.

44) - Analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:
I – Nas sociedades não personificadas os sócios que pretendam provar a existência da sociedade, somente podem fazê-lo por escrito;

II - O empresário casado pode alienar imóvel que integre o patrimônio da empresa sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens;
III – o juiz poderá nomear gerente sempre que entender conveniente e deverá aprovar a nomeação de gerente feita pelo representante ou assistente do incapaz quando por disposição de lei não puder exercer atividade de empresário ;
IV - Por força de lei, todo empresário é obrigado a fazer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade;
V - São nulos e de nenhum efeito os atos empresariais praticados por pessoa que estava impedida legalmente de exercer atividade própria de empresário, respondendo por todos os prejuízos causados pelo exercício ilegal.

a) – somente as afirmações I, II e III estão corretas.
b) – somente as afirmações III e IV são corretas;.
c) – somente as afirmações I, III e V estão corretas;
d) – somente as afirmações I, II, IV e V estão corretas;
e) - todas as afirmações estão corretas;

45) - Analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:

I - O sócio que cede suas quotas responde solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, por até dois anos, contados da averbação da modificação do contrato;
II - Na sociedade limitada é vedada a contribuição para formação do capital com serviços;
III - O contrato de arrendamento do estabelecimento somente produzirá efeitos depois de averbado à margem da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial;
IV - O novo CC traz previsão de resolução do contrato por onerosidade excessiva, de forma que, no contrato de execução continuada, verificando uma parte que a sua prestação se tornou excessivamente onerosa, gerando extrema vantagem para a outra, tem direito de obter sentença que decrete a resolução do contrato;

a) –todas as afirmações estão corretas;
b) – todas as afirmações estão incorretas;
c) - somente as afirmações I e II são corretas;
d) – somente as afirmações I, III e IV estão corretas;
e) – somente as afirmações I, II e IV estão corretas.

46) - Das características abaixo apontadas, quantas se referem à sociedade cooperativa:

I – variabilidade ou dispensa do capital social;
II – instransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;
III – quorum para assembléia geral fundado no número de sócios presentes à reunião e não no capital social representado;
IV – a responsabilidade sempre limitada dos sócios;

V – limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;
VI – divisibilidade do fundo de reserva entre os sócios em caso de dissolução da sociedade;
VII – distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado.

a) –sete características apontadas;
b) – três características apontadas;
c) - quatro características apontadas;
d) – cinco características apontadas;
e) – seis características apontadas.

47)– Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta:

I - O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obrigar a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para elidir a ação;
II - O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é valido, ainda que provado depois que não era credor;
III - É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas;
IV - Nos débitos cuja quitação consista na devolução do título, perdido este, poderá o devedor exigir, retendo o pagamento, declaração do credor que inutilize o título desaparecido;
V - A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.

a)- Todas as alternativas estão corretas;
b)- Todas as alternativas estão incorretas;
c)- Somente as alternativas I, III e V estão corretas;
d)- Somente as alternativas II e IV estão corretas;
e)- Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

48) - Quanto à solidariedade ativa e passiva é correto afirmar, respectivamente:

I) – o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhe caiba. Importará em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores;
II)- enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer deles poderá este pagar. O credor tem direito de exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum;
III) – o pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida no montante do que foi pago. O pagamento parcial, feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada.
IV) – a um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros. Todos os devedores respondem pelos juros de mora ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um.

a)- Todas as alternativas estão corretas;
b)- Todas as alternativas estão incorretas;
c)- Somente as alternativas II e III estão corretas;
d)- Somente a alternativa II está correta;
e)- Somente as alternativas I e IV estão corretas;

49) - Assinale a alternativa correta:

I – a diferença de causa sempre impede a compensação das dívidas;
II – os prazos de favor, consagrados pelo uso geral, obstam a compensação;
III – a confusão pode verificar-se a respeito de toda a dívida ou só de parte dela e em qualquer das hipóteses não tem o condão de extinguir a obrigação;
IV– quando as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar, não se podem compensar sem dedução das despesas necessárias à operação;
V– o devedor que, notificado, nada opõe à cessão que o credor faz a terceiro, do seu direito, pode opor ao cessionário a compensação que antes da cessão teria podido opor ao cedente.

a)- Todas as alternativas estão incorretas;
b)- somente a alternativa V está correta;
c)- Somente as alternativas II e IV estão corretas;
d)- Somente as alternativas IV e V estão corretas;
e)- Somente as alternativas I e V estão corretas;

50) - Pela sistemática do CC de 2002, em relação à cláusula penal pode-se afirmar:

I – para exigir a pena convencional é necessário que o credor alegue prejuízo;
II – a penalidade pode ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo;
III – o valor da cominação imposta à cláusula penal pode superar o da obrigação principal;
IV – quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converte-se em alternativa a benefício do credor;
V – a cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora .

a)- todas as alternativas estão corretas;
b)- todas as alternativas estão incorretas;
c)- somente as alternativas II e III estão corretas;
d)- somente as alternativas IV e V estão corretas;
e)- somente as alternativas I e V estão corretas.